

Salariômetro do Fórum mostra o tamanho da perda!

Você tem ideia de quanto deixou de receber desde maio de 2015?

Você sabe com quanto já “contribuiu” compulsoriamente no último triênio para manter o modelo de financiamento que o governo Alckmin impõe às universidades estaduais paulistas?

Estudo do Fórum das Seis traduz em números a política do governador – com a leniência dos reitores – de sequestrar os nossos salários para bancar o crescimento e a expansão das nossas universidades sem alterar o percentual de repasse da quota-parte do estado, sem o aporte de recursos perenes para as contratações necessárias, para a permanência estudantil, para a infraestrutura e o custeio adequados. *Confira os números nas páginas 3 a 6*

Ajuste fiscal à moda paulista

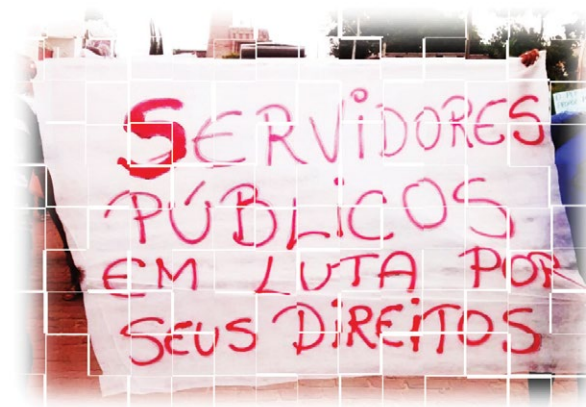
Alckmin envia à Alesp projeto para renegociar a dívida com a União, mas a conta vai para o funcionalismo

No dia 5/10/2017, o governador Geraldo Alckmin enviou à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (PL) 920/2017, uma verdadeira bomba sobre o funcionalismo e os serviços públicos paulistas.

O PL formaliza a renegociação da dívida de São Paulo com a União, ampliando o prazo de pagamento. Em contrapartida, o estado se compromete a cumprir as exigências do governo federal: congelamento de salários e de evolução funcional, suspensão de pagamento de quinquênios e sexta-parte, entre outros. Além de todo esse estrago, o PL ainda abre espaço para o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%.

Trata-se da aplicação, nos estados, do PLP 257, que se transformou na Lei Complementar federal 156/2016.

Como foi apresentado em regime de urgência, o PL 920/2017 pode ser aprovado a toque de caixa, sem nenhum debate com a sociedade.



Mobilização, já!

Centrais sindicais e entidades do funcionalismo público e da iniciativa privada propõem a realização de duas importantes atividades: um dia de paralisações e atos públicos em 27/10, em todo o estado de São Paulo; e um dia nacional de mobilizações em 10/11. *Leia mais na página 12.*

É hora de reação!

Entender para agir

De onde vem a crise de financiamento das universidades estaduais paulistas

Págs. 7 a 9



Medicina em Bauru

Novo capítulo da expansão sem recursos

Pág. 10



Avanço na USP e na Unicamp

Aprovação das cotas reforça a luta por permanência estudantil

Págs. 11 e 12



A defesa dos nossos salários e dignidade do trabalho é vital para a sobrevivência das universidades públicas paulistas e do Ceeteps

A política deliberada de arrocho salarial imposta pelos reitores às universidades públicas paulistas e ao Centro Paula Souza/Ceeteps (que mantém as escolas técnicas/ETECs e as faculdades de tecnologia/FATECs) tem implicações muito graves na vida cotidiana de todos os trabalhadores dessas instituições, que constituem o sistema público de ensino superior paulista. Com ela, estamos submetidos a um processo contínuo e perverso de empobrecimento e proletarização.

Mas não é só isso, como se isso já não fosse muito. A crise de financiamento da Unesp, Unicamp, USP e Ceeteps tem consequências ainda mais desastrosas, para além da deterioração progressiva das nossas condições de trabalho.

A nova lei de terceirização, que passa a abranger todas as atividades de qualquer empresa (inclusive as públicas), de iniciativa do governo federal, já foi aprovada. Tramita, também, no Senado, o projeto de lei no 116/2017, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), que “regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável”, em todos os órgãos da administração pública (*leia mais na página 12*). Mesmo sem mencionar a tragédia que representa a eventual aprovação da reforma da Previdência, essas duas leis constroem um cenário de incerteza quanto ao futuro dos nossos empregos. Cada um de nós, por critérios escusos, poderá vir a ser considerado com “desempenho insuficiente”, demitido e substituído por um docente ou servidor técnico-administrativo terceirizado. Em consequência, não restará senão a opção de procurar emprego numa empresa que terceiriza docentes e servidores técnico-administrativos para as universidades públicas para, eventualmente, exercer as atividades de um outro colega demitido nas mesmas condições.

Considerando o panorama nacional, replicado nos estados e, especialmente, no estado de São Paulo (*veja na capa matéria sobre o PL 920/2017*), composto por um conjunto de leis já aprovadas (PEC 55, reforma trabalhista) e/ou em tramitação – incluindo a LDO 2018, recentemente aprovada pela Alesp – juntamente com os decretos dos poderes executivos que contingenciam recursos para as universidades e outros órgãos públicos, fica evidente a existência de uma política deliberada de destruição do serviço público brasileiro.



Considerando o panorama nacional, replicado nos estados, fica evidente a existência de uma política deliberada de destruição do serviço público brasileiro.

Nesse pacote estão a Unesp, a USP, a Unicamp e o Centro Paula Souza, que constituem um imenso patrimônio do povo paulista e brasileiro, mas cujo modo de funcionamento atual, diante dos projetos políticos explicitados acima, não representam mais do que um “gasto desnecessário” com a produção de conhecimento, que pode ser comprado pronto dos países do primeiro mundo, de um pensamento crítico desconfortável e inconveniente para os objetivos “nacionais” e, principalmente, com a formação de gerações de jovens com habilidades maiores do que o

desejável para as classes sociais que chegam às universidades por meio das políticas de cotas étnicas e/ou socioeconômicas e para um país subalterno e subdesenvolvido.

Nesse projeto político, as universidades sobreviveriam desde que deixassem de ser o que são, e passassem a exercer o papel que lhes seria imposto nesta perspectiva política, qual seja, a formação de mão de obra qualificada apenas o suficiente para possibilitar o consumo da produção dos países mais desenvolvidos e, conseqüentemente, para o aprofundamento do nosso subdesenvolvimento, e continuassem úteis enquanto vitrine para a obtenção de votos em períodos eleitorais, por meio de espasmos expansionistas em nichos de certos grupos políticos, como é o caso dos cursos de engenharia criados há pouco na Unesp e do curso de medicina da USP, recém-criado no campus de Bauru.

Este número do *Jornal do Fórum das Seis* contém estudos e análises das causas e das várias consequências da crise de financiamento das instituições de ensino superior público paulistas. O descompromisso dos sucessivos governos do PSDB para com a produção de ciência e tecnologia, bem como para com uma educação superior de qualidade para a juventude paulista e brasileira, se manifesta concretamente no tratamento orçamentário dispensado a essas instituições.

A implementação dessas políticas, que tem contado com a indispensável subserviência dos seus gestores (reitores nas universidades e superintendentes no Ceeteps), está em plena cumplicidade com as iniciativas do governo federal para a destruição do serviço público brasileiro de qualidade. Tanto é assim que, embora já tenha sido demonstrado à exaustão, o necessário aumento de recursos para as universidades públicas e para o Ceeteps tem sido sistematicamente negado pelo governo Alckmin e pela sua ampla base de apoio na Assembleia Legislativa paulista.

Somente entendendo este contexto e com organização e luta poderemos reverter este quadro.

À luta, companheiros!

Não vamos aceitar que o financiamento das nossas universidades e do Ceeteps seja feito às custas dos nossos salários, das nossas condições de trabalho e dignidade, o que acaba contribuindo para destruir, de maneiras diretas e indiretas, as instituições que construímos e mantemos, briosamente, com nosso trabalho e dedicação.

FORUM das seis

Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp - STU
Sindicato dos Trabalhadores da USP - Sintusp
Sindicato dos Trabalhadores da Unesp - Sintunesp
Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps - Sinteps
Associação de Docentes da Unicamp - Adunicamp S. Sind.
Associação dos Docentes da USP - Adusp S. Sind.
Associação dos Docentes da Unesp - Adunesp S. Sind.
DCE da Unicamp
DCE-Livre da USP
Representação Estudantil da Unesp

Jornalista Resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458)
bah0609@bol.com.br
Revisão: Beatriz Baptista

Tiragem desta edição: 10.000 exemplares

Salários são vítimas, não vilões

Veja o quanto você deixou de receber desde maio de 2015

Salariômetro do Fórum mostra o tamanho da perda nas universidades estaduais paulistas

Vamos tocar num assunto delicado, que diz respeito ao exercício da nossa vida profissional: a relação entre o financiamento das universidades e os nossos salários. Neste estudo, não consideramos as chamadas perdas históricas acumuladas desde 1989, quando foi decretada a autonomia das universidades estaduais paulistas, nem mesmo aquelas referentes ao novo milênio, desde 2000. Estamos considerando tão somente o último triênio.

Você se lembra quando foi seu último reajuste? Parece incrível, mas você já trabalhou 30 meses (maio/2015 a agosto/2017, incluindo o 13º salário de 2015 e 2016) sem que fosse reposto o seu poder de compra. No salário de outubro de 2015, recebemos parte da inflação do ano anterior (3,09%), sem que isto fosse retroativo a maio de 2015. Portanto, nem a inflação foi reposta! Desde então, o seu, o nosso salário, vem diminuindo dia a dia.

Os últimos governadores do estado de São Paulo, desde Mário Covas, passando por José Serra e, prin-

cipalmente, Geraldo Alckmin, com o apoio da Assembleia Legislativa e a inércia – portanto, a cumplicidade – dos reitores, têm realizado um verdadeiro sequestro dos nossos salários, bancando o crescimento e as expansões das nossas universidades sem alterar o percentual de repasse da quota-parte do estado, sem o aporte de recursos perenes para as contratações necessárias, para a permanência estudantil, para a infraestrutura e o custeio adequados. Este procedimento acaba por estabelecer uma acentuada precarização institucional das condições de trabalho dos servidores técnico-administrativos e docentes e da situação dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

Traduzindo, a política educacional do PSDB, desde o governo Covas até o governo Alckmin, tem sido a seguinte: Você (professor, funcionário e estudante) banca parte do custeio das universidades públicas paulistas, em detrimento da qualidade da sua vida e de sua família. O não pagamento justo da sua remuneração (arrocho salarial) tem sido o meca-

nismo historicamente utilizado pelo governo estadual e pelos nossos gestores como forma de garantir o funcionamento da Unesp, da Unicamp e da USP, sem aumentar o investimento do estado nestas instituições. Essa política é sustentada pela subserviência dos reitores ao governador.

Você sabe com quanto já “contribuiu” compulsoriamente no último triênio para manter esse modelo do governo Alckmin de financiar as universidades públicas paulistas com o que sequestrou de seu salário? Preste atenção nas contas.

A triste (recente) história do salário dos docentes

O salário bruto de um professor assistente doutor, em RDIDP, início de carreira, em abril de 2015 era de R\$ 9.663,03. Se pelo menos a inflação fosse reajustada pelo ICV-Dieese, desde então, restabelecendo seu poder aquisitivo, ele deveria estar recebendo um salário de R\$ 11.820,92 hoje. Porém, veja o que aconteceu nestes últimos três anos com o sa-

lário deste profissional e como o Cruesp quebrou a isonomia salarial.

No **Quadro 1**, temos as seguintes colunas que devem ser assim interpretadas:

(Coluna 1): Período de referência.

(Coluna 2): Índices da inflação, medidos pelo ICV/Dieese, de maio a abril, que são usados pelo Fórum das Seis para solicitar a reposição das perdas em cada data-base.

(Coluna 3): O valor dos salários se fossem reajustados pelo ICV/Dieese.

(Coluna 4): O percentual imposto pelo Cruesp nos últimos anos.

(Coluna 5): O salário dos professores da Unesp e USP/Unicamp com reajuste Cruesp.

(Coluna 6): Quanto perdemos por mês entre o reajuste concedido pelo Cruesp e o reivindicado pelo Fórum.



Obs: Em abril de 2015, o salário base de Professor Assistente Doutor era de R\$ 9.663,03. Reajustado em 4%, o novo valor seria de R\$ 10.049,55 e não os R\$ 10.049,62 que constam em nossos holerites. Do mesmo modo, em outubro/2015 houve um reajuste de 3,09% sobre R\$ 10.049,62, o que resulta R\$ 10.360,15, e não os R\$ 10.360,07 que constam em nossos holerites. Assim, existem pequenas diferenças na casa dos centavos em alguns dados este quadro.

QUADRO 1 - Perda mensal no salário docente

(Coluna 1) Ano	(Coluna 2) Inflação ICV-Dieese (%)	(Coluna 3) Salários reajustados pelo ICV- Dieese (R\$)	(Coluna 4) Reajuste concedido pelo Cruesp	(Coluna 5) Salário com reajuste Cruesp (R\$)		(Coluna 6) Perdas salariais em relação ao ICV- Dieese (R\$)	
				Unesp	USP Unicamp	Perda mensal Unesp	Perda mensal USP/Unicamp
2014-2015	8,36	10.470,86	4% maio	10.049,62 ¹	10.049,62	421,24	421,24
			3,09% out	10.360,07	10.360,07	110,79	110,79
2015-2016	9,34	11.448,83	0% Unesp 3% USP e Unicamp	10.360,07	10.670,87	1088,76	777,96
2016-2017	3,25	11.820,92	0%	10.360,07	10.670,87	1.460,85	1.150,05

DO FÓRUM SALARIÔMETRO DO FÓRUM SALARIÔMETRO

Fica evidente a quebra da isonomia dos salários dos docentes entre as três universidades. Mais do que isso, o salário base que um Professor Assistente Doutor recebe hoje na Unesp tem uma perda mensal de **R\$ 1.460,85**; e na USP e Unicamp uma perda mensal de **R\$ 1.150,05**.

Resumindo o que está acontecendo: o governo paulista não investiu nas universidades de maneira consistente, séria e responsável, e parte do nosso salário tem sido desviada para o custeio destas instituições. Este valor faz alguma diferença no mês para você?

Com certeza, para toda a comunidade acadêmica essa política de governo é destrutiva em termos sociais, científicos e, mais diretamente, para as condições de trabalho de todos os servidores docentes. Esta depreciação salarial pesa no seu dia a dia. Vamos fazer a somatória do quanto você, professor, está sendo lesado com a forma de financiamento das universidades, imposta pelas diretrizes políticas do governo Alckmin, executada pelos reitores.

A conta é simples. No **Quadro 2**, veja a diferença entre o reajustado pelo Cruesp e o devido (medido pelo CV/Dieese), considerando as perdas inflacionárias, por mês, e sua somatória até agosto de 2017.

Se somarmos nossas per-

R\$ 1.460,85
É a perda mensal de um Prof. Assistente Doutor na Unesp! De maio/2015 a agosto/2017, a perda já soma

R\$ 1.150,05
É a perda mensal de um Prof. Assistente Doutor na USP e na Unicamp! De maio/2015 a agosto/2017, a perda já soma

das de maio/2015 a agosto/2017, cada docente deixou de receber: **R\$ 23.300,25** na Unesp e **R\$ 18.016,65** na USP e Unicamp. O que você faria com esses valores? Com certeza, muitos não estariam fazendo empréstimos consignados e pagando juros altíssimos aos bancos e, ainda assim, lutando com dificuldades para manter o padrão de vida da família.

Essa é uma estimativa subdimensionada do montante de recursos que teria sido sequestrado dos salários dos docentes pelas reitorias, uma vez que leva em conta apenas o salário base do Professor Assistente Doutor.

A triste (recente) história do salário dos servidores técnico-administrativos

Vejamos agora como a prática reiterada de sequestro salarial impacta os salários dos servidores técnico-administrativos das três universidades públicas paulistas. Para melhor ilustrar esse cenário desastroso, nossas estimativas consideraram como referência três níveis salariais dessas universidades: básico, médio e superior em julho de 2017.

Nos **quadros 3, 4 e 5** (na página seguinte), estão tabulados os valores estimados dos salários dos três níveis mencionados acima, que correspondem a essas três referências.

As colunas devem ser assim interpretadas:

(Colunas 1 e 2): Relacionam os períodos aos quais se referem os índices de inflação ICV-Dieese.

(Coluna 3): Há três subdivisões, que correspondem aos valores estimados dos três níveis salariais dos servidores técnico-administrativos da Unesp, USP e Unicamp, reajustados pelo ICV-Dieese, tendo como ponto de partida os valores de abril/2017.

(Coluna 4): Estão aí os índices de reajuste concedidos pelo Cruesp.

(Coluna 5): Relaciona os respectivos salários com esses reajustes.

(Coluna 6): Tabula as diferenças entre os salários reajustados pelo Cruesp e os valores que teriam se fossem reajustados pela inflação medida pelo índice ICV-Dieese, conforme reivindicamos, calculados mês a mês, e ano a ano.

(Coluna 7): O tempo durante o

R\$ 4.554,72
É o quanto perdeu um técnico administrativo de nível médio na Unesp de maio/2015 a agosto/2017.

Na USP, este mesmo profissional perdeu

R\$ 6.640,96

Na Unicamp, a perda foi de

R\$ 5.268,11

Nos quadros na página seguinte, veja as perdas dos demais níveis

qual as respectivas perdas ocorreram.

(Coluna 8): Contabiliza o total de perdas de cada um desses períodos, sendo que a última linha desta coluna totaliza as estimativas das perdas correspondentes aos três níveis salariais de maio de 2015 a agosto de 2017.

Cadê a isonomia?

Cabe ainda salientar as diferenças entre os níveis salariais dos técnico-administrativos das três universidades (**Quadro 6**, abaixo). O **nível fundamental** da Unicamp é cerca de 15,6% acima do da Unesp e o da USP é 18,5% acima do da Unesp, enquanto que os servidores da USP deste nível salarial estão 2,5% acima dos da Unicamp. No **nível médio** as diferenças são, respectivamente, 15,6%, 45,8%, e 26,0%. E, no **nível superior**, são: 10,1%, 38,5%, e 25,7%!

QUADRO 2 - Perda dos docentes mês a mês e total até ago/2017

Diferença	Perda mensal		Período	Somatória	
Maio a outubro de 2015	R\$ 421,24		6 meses	R\$ 2.527,44	
Novembro/2015 a abril/2016 + 13º salário de 2015	R\$ 110,79		7 meses	R\$ 775,53	
Maio/2016 a abril/2017 + 13º salário de 2016	Unesp	USP Unicamp	13 meses	Unesp	USP Unicamp
	R\$ 1088,76	R\$ 777,96		R\$ 14.153,88	R\$10.113,48
Maio/2017 a agosto/2017	R\$ 1.460,85	R\$ 1.150,05	4 meses	R\$ 5.843,40	R\$ 4.600,20
			TOTAL	R\$ 23.300,25	R\$ 18.016,65

QUADRO 6 - Diferenças entre os níveis salariais da Unesp, Unicamp e USP

Níveis	Unesp	Unicamp	Usp	Unesp Unicamp	Unesp Usp	Unicamp Usp
Fundamental	R\$ 1.825,87	R\$ 2.111,92	R\$ 2.165,11	15,6%	18,5%	2,5%
Médio	R\$ 2.697,64	R\$ 3.120,16	R\$ 3.933,26	15,6%	45,8%	26,0%
Superior	R\$ 5.341,15	R\$ 5.883,50	R\$ 7.396,10	10,1%	38,5%	25,7%

DO FÓRUM SALARIÔMETRO DO FÓRUM SALARIÔMETRO

ANO	Inflação ICV-Dieese	Reajuste pelo ICV-Dieese (\$)			Reajuste Cruesp	Salário reajustado pelo Cruesp (\$)			Perda mensal (\$)			Tempo	Cálculo das perdas totais (\$)		
		N17	N25	N39		N17	N25	N39	Fund.	Médio	Sup.		N17	N25	N39
2014 - 2015	8,36%	1.845,39	2.726,48	5.398,26	4%	1.771,14	2.616,78	5.181,06	74,25	109,70	217,20	6 meses	445,50	658,20	1.303,20
					3,09%	1.825,87	2.697,64	5.341,15	19,52	28,84	57,11		136,64	201,88	399,77
2015 - 2016	9,34%	2.017,75	2.981,14	5.902,46	0%	1.825,87	2.697,64	5.341,15	191,88	283,50	561,31	13 meses	2.494,44	3.685,50	7.297,03
2016 - 2017	3,25%	2.083,33	3.078,03	6.094,28	0%	1.825,87	2.697,64	5.341,15	257,46	380,39	753,13	4 meses	1.029,84	1.162,94	2.302,54
Pisos salariais		Pagos em julho de 2017			Estimados em abril/2014			PERDAS TOTAIS (RS)			4.106,50	4.554,72	9.018,05		
Nível 17 (Fundamental)		RS 1.825,87			RS 1.703,01										
Nível 25 (Médio)		RS 2.697,64			RS 2.516,13										
Nível 39 (Superior)		RS 5.341,15			RS 4.981,78										

QUADRO 3

Cálculo das perdas mensais e totais nos últimos 30 meses* dos servidores técnico-administrativos da Unesp com salário de níveis N17, N25 E N39

* Os 30 meses incluem o 13º dos anos de 2015 e 2016

ANO	Inflação ICV-Dieese	Reajuste pelo ICV-Dieese (\$)			Reajuste Cruesp	Salário reajustado pelo Cruesp (\$)			Perda mensal (\$)			Tempo	Cálculo das perdas totais (\$)		
		N1	N3	N6		N1	N3	N6	N1	N3	N6		N1	N3	N6
2014 - 2015	8,36%	2.124,53	3.859,53	7.257,46	4%	2.039,04	3.704,24	6.965,45	85,49	155,29	292,01	6 meses	512,94	931,74	1.752,06
					3,09%	2.102,05	3.818,70	7.180,68	22,48	40,83	76,78		157,36	285,81	537,46
2015 - 2016	9,34%	2.322,96	4.220,01	7.935,31	3%	2.165,11	3.933,26	7.396,10	157,85	286,75	539,21	13 meses	2.052,05	3.727,75	7.009,73
2016 - 2017	3,25%	2.398,45	4.357,16	8.193,2	0%	2.165,11	3.933,26	7.396,10	233,34	423,90	797,10	4 meses	933,37	1.695,61	3.188,42
Pisos salariais		Pagos em julho de 2017			Estimados em abril/2014			PERDAS TOTAIS (RS)			3.655,59	6.640,96	1.2487,65		
Nível 1 (Fundamental)		RS 2.165,11			RS 1.960,61										
Nível 3 (Médio)		RS 3.933,26			RS 3.561,77										
Nível 6 (Superior)		RS 7.396,10			RS 6.697,55										

QUADRO 4

Cálculo das perdas mensais e totais nos últimos 30 meses* dos servidores técnico-administrativos da USP com salário de níveis N1, N3 e N6

* Os 30 meses incluem o 13º dos anos de 2015 e 2016



ANO	Inflação ICV-Dieese	Reajuste pelo ICV-Dieese (\$)			Reajuste Cruesp	Salário reajustado pelo Cruesp (\$)			Perda mensal (\$)			Tempo	Cálculo das perdas totais (\$)		
		Fund.	Médio	Sup.		Fund.	Médio	Sup.	Fund.	Médio	Sup.		Fund.	Médio	Superior
2014 - 2015	8,36%	2.072,33	3.061,67	5.773,21	4%	1.988,95	2.938,48	5.540,92	83,38	123,19	232,29	6 meses	500,28	739,14	1393,74
					3,09%	2.050,41	3.029,28	5.712,14	21,92	32,39	61,07		153,44	226,73	427,49
2015 - 2016	9,34%	2.265,89	3.347,63	6.312,43	3%	2.111,92	3.120,16	5.883,50	153,97	227,47	428,93	13 meses	2.001,61	2.957,11	5.576,09
2016 - 2017	3,25%	2.339,53	3.456,43	6.517,59	0%	2.111,92	3.120,16	5.883,50	227,61	336,27	634,09	4 meses	910,44	1.345,08	2.536,34
Pisos salariais		Pagos em julho de 2017			Estimados em abril/2014			PERDAS TOTAIS (RS)			3.565,79	5.268,11	9.933,76		
Fundamental		RS 2.111,92			RS 1.912,45										
Médio		RS 3.120,16			RS 2.825,46										
Superior		RS 5.883,50			RS 5.327,80										

QUADRO 5

Cálculo das perdas mensais e totais nos últimos 30 meses* dos servidores técnico-administrativos da Unicamp com salário de níveis fundamental, médio e superior

* Os 30 meses incluem o 13º dos anos de 2015 e 2016

DO FÓRUM SALARIÔMETRO DO FÓRUM SALARIÔMETRO

ICMS X salários

Reajustes não acompanham crescimento do repasse

A crise de financiamento por que passam as três universidades estaduais paulistas pode ser facilmente mostrada quando analisamos seus principais indicadores financeiros ao longo dos anos, a saber: repasses do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); salários dos servidores e índice de comprometimento da folha de pagamento em relação aos repasses.

Do total que o estado arrecada com o ICMS, 75% ficam em seu poder e 25% vão para os municípios.

Tomando como exemplo a comparação entre os anos de 2000 e 2016, o quadro mostra quanto foi a Quota-Parte do estado do ICMS, sobre a qual incidem os 9,57% das universidades, o salário de um professor MS3 e o comprometimento com folha de pagamento em relação ao repasse.

Note-se que a base de cálculo para o repasse às universidades no ano de 2016 foi 4,1 vezes maior que a de 2000, enquanto o salário dos servidores docentes da USP e da Unicamp (os técnico-administrativo também obtiveram os mesmos reajustes salariais ao longo deste período) cresceram 3,07 vezes. Na Unesp, que não honrou o índice de 3% de reajuste em maio/2016, os salários cresceram 2,98 vezes.

Considerando que neste pe-

ríodo os quadros de servidores docentes e técnico-administrativos ativos permaneceram estáveis, era de se esperar uma queda no comprometimento da folha de pagamento em relação ao total do repasse. Porém, esse comprometimento cresceu, aproximadamente, de 80% para 103%.

Destes dados, podemos concluir o seguinte:

1) Os reajustes dos salários das universidades não acompanham o ritmo de crescimento do ICMS. Ou seja, nem de longe podem ser classificados como motivo para a “crise”;

2) O crescimento do comprome-

nto da folha de pagamento em relação ao total de repasse do ICMS deveria cair, mas não é o que acontece. Embora o quadro de pessoal pouco ou nada tenha aumentado neste período, o volume de recursos provenientes da quota-parte do ICMS alocados para o pagamento de aposentados e pensionistas – que em 2006 correspondia a 9,96% dos repasses recebidos – cresceu rapidamente, atingindo o valor de 19,5% em 2016, mantendo o viés de crescimento para o futuro. Estes dados constam no relatório do GT “Previdência das Universidades Estaduais Paulistas”, elaborado pelo Fórum das Seis em conjunto com o

Cruesp, em 2017.

Conclui-se daí que o recrudescimento da crise de financiamento se deve, em grande parte, ao perfil de agravamento da assim denominada “insuficiência financeira”, que é a diferença entre o que é arrecadado com as contribuições previdenciárias e o que falta para pagar os proventos de aposentados e pensionistas. Como vem apontando o Fórum das Seis, o governo não cumpre – no caso das universidades – o previsto no artigo 27 da Lei Complementar 1.010/2007, que diz ser sua a responsabilidade pela “insuficiência financeira” (*leia mais sobre isso na página 8*).

Crescimento do ICMS X crescimento dos salários

Ano	2000	2016	Varição
ICMS ¹	R\$ 22.030.815.140	R\$ 90.278.354.696	310% (4,1 vezes)
Salário ²	R\$ 3.475,16	R\$ 10.670,15	207% (3,07 vezes)
Salário ³	R\$ 3.475,16	R\$ 10.360,07	198% (2,98 vezes)
Folha ⁴	80%	103%	

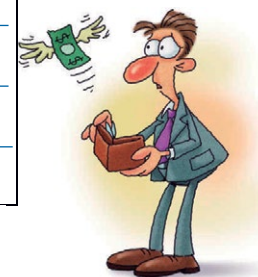
¹ Trata-se da Quota-Parte do estado (75%) no total da arrecadação do ICMS.

² Salário de um professor Assistente Doutor (MS3) na USP e na Unicamp.

³ Salário de um professor Assistente Doutor (MS3) na Unesp, que não aplicou o reajuste de 3% do Cruesp em maio/2016.

⁴ Total médio aproximado de comprometimento do repasse às três universidades com folha de pagamento (servidores ativos e inativos).

(Exemplo: Professor MS3)



Arrocho salarial, quebra da isonomia, congelamento das contratações...

Cadê a reunião do segundo semestre, senhores reitores?

Como mostram os quadros das páginas 3 a 6, ao negar um reajuste salarial que recomponha apenas a inflação do ano anterior – o que significaria tão somente manter minimamente o nosso poder de compra – o governo do estado de São Paulo, com a inesgotável leniência dos reitores da Unesp, da USP e da Unicamp, tem subtraído recursos consideráveis da massa salarial dos servidores técnico-administrativos e docentes, que evidentemente têm sido utilizados para financiar o custeio dessas universidades.

Também, conforme ficou evidente nos quadros comparativos de salários, os docentes da USP e da Unicamp tem salários 3% acima dos

seus colegas da Unesp e as diferenças entre os servidores técnico-administrativos variam de 2,5% a 45,8% em nossas universidades.

Mas não são somente estes os problemas das nossas universidades. O arrocho salarial é apenas uma das dimensões do processo de sucateamento das universidades públicas paulistas em curso.

Desde a realização da última negociação da data-base 2017, em 5 de junho, o Fórum vem solicitando reiteradas vezes que o Cruesp agende uma reunião para discutir estas questões o que ainda não aconteceu. Ela é necessária e urgente!

Entender para agir

A crise de financiamento das universidades estaduais paulistas, razões e perspectivas

Expansão sem recursos perenes, manobras no repasse do ICMS, insuficiência financeira... números e fatos que o governo paulista tenta ignorar

Embora tenham dotação orçamentária definida (9,57% do ICMS-Quota-Parte do estado, ICMS-QPE), especialmente a partir dos anos 2000 os valores repassados mostram-se insuficientes para garantir a continuidade do funcionamento da Unesp, da Unicamp e da USP, que estão entre as melhores instituições de ensino, pesquisa e extensão do país.

Nos últimos anos, a inércia dos reitores diante da falta de recursos em muito contribuiu para agravar o problema. Limitando-se a alegar que a folha salarial compromete mais de 100% de seu orçamento, eles foram compensando a falta de recursos com o arrocho salarial (como mostra matéria nas páginas 3 a 6) e o desmonte das universidades, por meio da não contratação de pessoal, planos de demissão voluntária (como na USP), entre outros. Nesta visão, Unesp, Unicamp e USP estariam vivendo uma “crise financeira”, o que se resolveria com programas de gestão mais “austeros”, com o corte de “privilégios” e o enxugamento do quadro de pessoal.

As entidades sindicais, agrupadas no Fórum das Seis, vêm demonstrando que essa versão é falaciosa, com resultados desastrosos para as universidades, e que a falta de recursos que as assola não se caracteriza como crise financeira, mas sim de verdadeira crise de financiamento, ou seja, um financiamento insuficiente por parte do governo. O aprofundamento da crise econômica mais geral do país nos últimos anos apenas acelerou e evidenciou o que há tempos se prenunciava.

Neste texto, você verá os motivos da crise de financiamento,

A TRAJETÓRIA DO REPASSE (Em percentual da quota-parte do estado no ICMS)

Antes da autonomia	1989	1993	1995
11,6%*	8,4%	9%	9,57%

* Estimativa feita pelo reitor da Unicamp na época, Paulo Renato Souza

todos de responsabilidade do governo estadual:

1) Confisco na implantação da autonomia

Quando o governador Quérnia publicou o Decreto nº 29.598, de 2/2/1989, as universidades estaduais paulistas adquiriram autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, submetendo-se ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme disposto no artigo 207

Para ter dotação equivalente à que era vigente antes da autonomia, as universidades deveriam receber hoje 11,6% do total do produto do ICMS-QPE.

da Constituição de 1988. Esse decreto também estabelecia que seriam custeadas pelo percentual global de 8,4% da arrecadação do ICMS-QPE no mês de referência. No entanto, segundo

avaliação feita pelo Prof. Paulo Renato Souza, reitor da Unicamp à época, as universidades recebiam até então o correspondente a cerca de 11,6% do ICMS-QPE. Assim, o exercício da autonomia universitária começava com uma diminuição substancial dos

recursos a elas destinados. Há ainda um agravante no caso da Unesp, em que não foi levada em conta a demanda de recursos adicionais devido à incorporação dos *campi* de Bauru e Presidente Prudente.

Em 1992, por pres-

ção da comunidade universitária, liderada pelo Fórum das Seis, a Assembleia Legislativa (Alesp) aprovou o aumento da dotação para 9% do ICMS-QPE, a vigorar no ano seguinte. Em 1994, esse índice foi elevado para os atuais 9,57%, passando a valer em 1995.

Portanto, ao reivindicar o percentual de 11,6% do total do produto do ICMS-QPE para as universidades, o Fórum das Seis apenas pleiteia que elas tenham a mesma dotação vigente antes do advento da autonomia.

2) Expansão sem recursos

O governo estadual promoveu uma expressiva expansão de vagas e cursos nas três universidades, com a implantação de cursos noturnos na segunda metade dos anos 1990, visando cumprir a exigência constitucional de oferecimento de pelo menos 1/3 das vagas no período noturno. E, a partir do início dos anos 2000, de forma mais generalizada, sem distinção entre cursos noturnos e diurnos. Apesar desse grande aumento na demanda, não houve aumento da dotação orçamentária.

A expansão na Unesp, iniciada em 2002, resultou na criação de oito novos *campi* e 41 cursos. Embora cercada de promessas do então governador Geraldo Alckmin, foi feita sem a injeção de recursos perenes necessários para o seu custeio. A ampliação que se seguiu foi a criação dos 11 cursos de engenharia, que seriam custeados com os recursos anteriormente destinados à manutenção do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, transferido para a Secretaria de Estado da Saúde. Somente agora, em reunião do Conselho Universitário de 5/10/2017, é



Universidades estaduais paulistas: indicadores de 1995 a 2016

	UNESP			UNICAMP			USP		
	1995	2016	Variação	1995	2016	Variação	1995	2016	Variação
Docentes	3.497	3.631	3,8%	2.259	2179	-3,5%	5.056	5.845	15,6%
Técnico-administrativos	7.918	6.449	-18,6%	8.681	8.178	-5,8%	15.105	14.867	-1,6%
Cursos de graduação	80	186	132,5%	44	66	50,0%	132	309	134,1%
Vagas em graduação / Vestibular	4.311	7.715	79,0%	1.990	3.320	66,8%	6.902	11.057	60,2%
Alunos matriculados / graduação	19.618	39.965	103,7%	9.992	19.581	96,0%	33.479	58.823	75,7%
Cursos de pós-graduação	125	256	104,8%	85	147	72,9%	476	704	47,9%
. Mestrado	71	145	104,2%	46	77	67,4%	257	367	42,8%
. Doutorado	54	111	105,6%	39	70	79,5%	219	337	53,9%
Alunos matriculados / pós-graduação	6.824	17.950	163,0%	8.771	16.137	84,0%	19.683	37.509	90,6%
. Mestrado	3.395	7.379	117,3%	3.830	5.398	40,9%	8.024	14.144	76,3%
. Doutorado	1.382	6.552	374,1%	2.996	6.425	114,5%	6.060	15.830	161,2%
. Especiais	2.047	4.019	96,3%	1.945	4.314	121,8%	5.599	7.535	34,6%
Títulos outorgados (total)	581	3.223	454,7%	1.044	2.268	117,2%	2.643	6.960	163,3%
. Mestrado	433	2.019	366,3%	724	1.302	79,8%	1.584	3.874	144,6%
. Doutorado	148	1.204	713,5%	320	966	201,9%	1.059	3.086	191,4%

Fonte: Cruesp e Anuários Estatísticos da Unesp, Unicamp e USP.



De 1995 a 2016, as universidades tiveram crescimento expressivo, mas o número de servidores docentes e técnico-administrativos parou no tempo. A dotação orçamentária, idem!

que reitoria admitiu que estes recursos não são suficientes para o custeio das demandas oriundas desses novos cursos de engenharia.

Quando a extinta Faenquil/Lorena, hoje EEL, foi anexada à USP, a promessa era de aporte de 0,07% da quota-parte do ICMS, o que também não aconteceu. Para o novo curso de Medicina, no campus de Bauru, não se sabe se haverá recursos adicionais (leia mais na página 10).

Para a Unicamp, que criou o campus de Limeira, a promessa foi de 0,05% da quota-parte do ICMS, também “esquecida”.

Portanto, a expansão – que demanda construção de prédios, laboratórios e vias de acesso, a contratação de mais docentes e funcionários técnico-administrativos, o aumento de despesas com manutenção, salários e verbas de permanência

estudantil – ocorreu sem que fossem assegurados recursos adicionais perenes. No caso das engenharias da Unesp e da medicina em Bauru, sem que tenha um planejamento claro e detalhado dos custos envolvidos. O quadro acima mostra o tamanho do crescimento e a estagnação do número de servidores docentes e técnico-administrativos de 1995 a 2016.

3) Descontos indevidos na base de cálculo do repasse

Antes de calcular o repasse dos 9,57% do ICMS-QPE às universidades, o governo retira do total arrecadado (que deveria ser a base de cálculo), recursos destinados a itens como Habitação, juros de mora e dívida ativa e valores da arrecadação do ICMS distribuídos no programa Nota Fiscal Paulista. Veja no quadro.

Ou seja, apenas de 2014 a

2016, deixaram de ser considerados na base de cálculo dos recursos para as estaduais mais de 9 bilhões de reais, o que resultou numa perda real de cerca de R\$ 900 milhões para Unesp, Unicamp e USP neste período! E nem estamos contando o montante de recursos que também é suprimido da base de cálculo do ICMS-QPE devido ao programa “Nota Fiscal paulista”.

Importante: nenhum destes descontos é feito quando é realizado o cálculo dos 25% do ICMS que vão para os municípios paulistas, à exceção da Nota Fiscal Paulista.

4) Insuficiência financeira – Desastre anunciado

A integralidade do pagamento dos aposentados e pensionistas das universidades estaduais é descontada dos recursos nelas investidos, ou seja, dos 9,57% do ICMS-QPE.

A insuficiência financeira

– definida pelo Artigo 27 da Lei Complementar nº 1.010/2007, que criou a São Paulo Previdência (SPPREV), como “a diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores” – também é custeada exclusivamente pelas universidades estaduais. Isso contraria o previsto na mesma lei, que estabelece que “o estado de São Paulo é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras”.

Em 2016, a insuficiência financeira correspondeu, aproximadamente, a 19,5% dos repasses oriundos do ICMS-QPE (9,57%), realizados pelo governo para a Unesp, Unicamp e USP, com um perfil de crescimento que, segundo prognósticos feitos a partir dos dados atuais, deverá alcançar algo em torno de 30% em 2026.

Assim, recursos significativos das universidades são sequestrados pelo governo, que “interpreta” a lei a seu favor, alegando que estas instituições, como parte do estado, estão obrigadas a cobrir a insuficiência financeira.

PERDAS NA BASE DE CÁLCULO DA UNESP, UNICAMP E USP, em R\$ bilhões, em 1/1/2017

Deflator: IPCA (agora usado pela Secretaria da Fazenda)

2014	3,5549 bi
2015	2,8118 bi
2016	2,8665 bi
Total	9,2332 bi

INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Dados contidos no relatório do GT Previdência das Universidades Estaduais (Cruesp e Fórum das Seis)

2016	19,5% dos repasses do ICMS às universidades
2026	Previsão de 30% dos repasses do ICMS às universidades

Como resolver a crise de financiamento?

Para as universidades estaduais paulistas superarem a atual crise que vivenciam, não é suficiente que haja uma recuperação da economia brasileira. O que se constata é que a atual crise econômica só antecipou em dois ou três anos os efeitos da falta de financiamento que já assolava Unesp, Unicamp e USP, como descrito nas páginas anteriores. A solução dos problemas financeiros das universidades passa, necessariamente, pelo seu financiamento adequado, sem o que poderemos rapidamente chegar à mesma situação limite por que passam a UERJ e outras estaduais.

Como vimos, se o governo Alckmin cumprisse a lei – repassando os 9,57% do ICMS-QPE sobre o total do produto arrecadado e arcando com a insuficiência financeira, conforme exige a Lei Complementar 1.010/2007 – o quadro financeiro das universidades estaduais paulistas seria bem menos grave.

Não aceitamos o discurso de que a ampliação de recursos para as universidades impediria o governo de investir em serviços essenciais nas áreas de saúde, transporte e segurança. Fosse essa a questão, o governo não concederia vultosos volumes em isenções fiscais: o correspondente a 11% do ICMS paulista (cerca de R\$ 14 bilhões) em 2017, e a 11,2% em 2018 (aproximadamente R\$ 15 bilhões), conforme aprovado na LDO 2018.

Ação na LDO todos os anos

Todos os anos, o Fórum das Seis protocola junto à Assembleia Legislativa uma série de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), reivindicando o aumento do índice repassado às universidades e deixando explícita a obrigação deste índice incidir sobre todo o ICMS-QPE (incluindo a expressão “do total do produto” no texto da LDO) e a obrigação do tesouro estadual em arcar com os custos da “insuficiência financeira”.

As emendas do Fórum também preveem dotação para o Centro Paula Souza (3,3% do ICMS-QPE) e um total de 33% das receitas para o conjunto da educação pública paulista.

Após se manterem omissos nos últimos anos, só mais recentemente os reitores parecem ter se



dado conta da gravidade da situação e passaram a defender a necessidade de ampliação de recursos para as universidades paulistas. É deles a apresentação de uma emenda à LDO-2018, propondo a ampliação do repasse para 9,95% do total do produto do ICMS-QPE. A emenda do Cruesp foi protocolada por parlamentares da base governista.

Avanços tímidos na LDO 2018

A LDO-2018 foi aprovada na Assembleia Legislativa de São Paulo em 5/7/2017. Uma das reivindicações defendidas pelos sindicatos chegou a ser incluída no relatório do deputado Admir Chedid (DEM), da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP). Trata-se da correção da manobra feita pelo governo, que retira vários itens da base de cálculo do ICMS, antes do repasse feito às universidades, como mostramos na página anterior. Mas a inclusão da expressão “do total do produto” logo após os “9,57%” foi vetada pelo governador.

As demais reivindicações – como o aumento do índice para as universidades e a dotação orçamentária para o Ceeteps – sequer foram cogitadas. A única novidade na LDO-2018 foi a inserção de um item no Artigo 5º, que trata das universidades, garantindo o repasse do “valor correspondente à participação das Universidades Estaduais no produto da compensação financeira pela exploração do petróleo e gás natural na proporção de suas respectivas insu-

ficiências financeiras decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, de acordo com o que estabelece a Lei Estadual nº 16.004, de 23 de novembro de 2015”.

De acordo com o deputado Barros Munhoz, líder do governo na Alesp, esse repasse deverá ficar em torno de R\$ 150 milhões a R\$ 200 milhões em 2018. A título de comparação, é importante lembrar que, só em 2016, a insuficiência financeira custou, segundo dados fornecidos pelas reitorias, R\$ 1,69 bi para as três universidades estaduais paulistas, com perfil de crescimento ano a ano.

Embora extremamente tímido frente às necessidades das universidades estaduais paulistas, o repasse destes “royalties”, como são chamados estes recursos, somente foi garantido na LDO-2018 pela mobilização da comunidade universitária, organizada no Fórum das Seis. Apesar de ter apresentado emenda à LDO-2018 – de aumento do percentual de repasse para 9,95% do total do produto do ICMS-QPE – as reitorias pouco atuaram na luta por mais verbas, com exceção da reitoria da Unesp, presente em diversos momentos na Alesp.

A luta não pode parar

Os poucos avanços conquistados na LDO-2018 não dão conta da grave crise de financiamento imposta às universidades estaduais. Não solucionadas, as razões que levaram à crise continuarão produzindo seus efeitos nefastos sobre estas instituições e ameaçando sua sobrevivência.

Aula pública na Praça da Sé, em São Paulo, durante a greve de 2014

A situação do Centro Paula Souza

Todos os anos, o Fórum das Seis também protocola emenda à LDO solicitando uma dotação orçamentária para o Centro Paula Souza (Ceeteps), que mantém as Escolas Técnicas (ETEC) e as Faculdades de Tecnologia (FATEC). Diferente das universidades, o Ceeteps não tem dotação própria e, todo o ano, é o governador que decide quanto de recursos a instituição receberá no ano seguinte. Nos últimos anos, a reivindicação tem sido de 3,3% do ICMS Quota-Parte do estado.

Da mesma forma que nas universidades, porém, o governo ampliou muito o Ceeteps a partir de 2002, quando a instituição tinha 100 unidades. Em 2017, as informações oficiais apontam a existência de 286 unidades (220 ETEC e 66 FATEC), com cerca de 290 mil estudantes em cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior. Essa gigantesca expansão não veio acompanhada dos recursos públicos necessários, levando a uma precarização crescente dos salários, bem como da infraestrutura física e laboratorial.



Em troca da desvinculação do HRAC

Definida em tempo recorde, Medicina de Bauru é novo capítulo da expansão sem recursos

O processo que culminou com a aprovação pelo Conselho Universitário (Co), em 4/7/2017, da criação do curso de Medicina na Faculdade de Odontologia (FOB) da USP em Bauru, durou apenas 15 dias.

No dia 1º/8, no Teatro Universitário da FOB, com a presença do secretário estadual da Saúde, David Uip, do governador Geraldo Alckmin, do deputado estadual Pedro Tobias e de autoridades municipais, o reitor Marco Antonio Zago lançou o curso, que terá 60 vagas já para 2018, em período integral, sendo 42 pela Fuvest e 18 pelo SiSU, na modalidade destinada para estudantes oriundos do ensino médio público. O evento formalizou o convênio entre a USP e a Secretaria de Estado da Saúde, que determina a desvinculação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC), o “Centrinho” da USP, e sua passagem para a Secretaria Estadual da Saúde. Os



detalhes da desvinculação seguem nebulosos. Os planos aprovados pelo Co preveem a ampliação gradativa da oferta de vagas até chegar em 100 no ano de 2021.

Com qual estrutura?

Vejamos o que afirmou Zago em entrevista ao *Jornal do Campus*, de 2/8: “No início, muitos se perguntaram como a USP, em meio a uma de suas piores crises financeiras, decide abrir um novo curso de Medicina? Na verdade, nós estamos aproveitando

uma oportunidade única. Aquilo que muitos chamam de crise, nós chamamos de oportunidade. Foi o risco da insolvência que nos levou a repensar as finanças e a governança na Universidade e a reconhecer que nós temos compromissos muito grandes com a sociedade que nos sustenta”.

A declaração do reitor lança a pergunta, mas a resposta é mera evasiva demagógica. A professora Maria Aparecida Machado, diretora da FOB, sinaliza alguma coisa neste sentido. Em matéria divulgada no portal da USP, em 7/7, ela afirma que o campus de Bauru “já possui estrutura suficiente para os primeiros anos do curso, com salas de aula e laboratórios”, e que já há “contatos com docentes de outros campi interessados em lecionar em Bauru”. Ela diz, também, que o campus tem toda a infraestrutura para receber os alunos

nos dois primeiros anos, “inclusive de permanência estudantil”.

Fato é que não se tem conhecimento de nenhum estudo aprofundado de impacto financeiro em curto, médio e longo prazos para a criação do novo curso.

Script conhecido

A criação do curso de Medicina em Bauru repete o roteiro das expansões já vividas pelas três estaduais paulistas, como mostra matéria na página 7.

Ainda que historicamente favorável à expansão de vagas públicas, o Fórum das Seis destaca as contradições que cercam o novo curso Medicina de Bauru, a exemplo das expansões anteriores, feitas sem os cuidados para a garantia de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Isso pressupõe pessoal qualificado e contratado por concurso público e infraestrutura condizente com uma instituição pública de boa qualidade. E tudo isso, por sua vez, exige um inequívoco ponto de partida: a garantia do financiamento adequado

Um novo curso, portanto, exige contratações e investimentos, o que está na contramão do discurso e da prática da gestão Zago, que se expressa em corte de verbas, arrocho salarial, programa de demissões voluntárias, não reposição de pessoal etc.

Governador candidato

Desde que foi aprovada no Co da USP, em 2014, sua desvinculação e transferência à Secretaria da Saúde, o HRAC manteve-se numa espécie de limbo, com explícita reticência do governo Alckmin em assumi-lo concretamente.

Às portas das eleições presidenciais de 2018, a disposição de Alckmin parece ter mudado. Um novo curso de Medicina, já para o próximo ano, pode ser uma bela cereja no bolo de sua campanha.

Mas a vida do curso seguirá para além de 2018.

O desmonte do HRAC

Em 26/8/2014, em meio à greve que se estendeu por quatro meses nas universidades estaduais paulistas, o Co da USP aprovou a proposta apresentada pelo reitor Zago, de desvinculação do HRAC, transformando seu status de “Órgão Complementar” para “Entidade Associada” e “Autarquia Especial vinculada à Secretaria de Saúde”. A votação aconteceu sem que fosse alcançado o quórum previsto no estatuto da USP para este tipo de mudança.

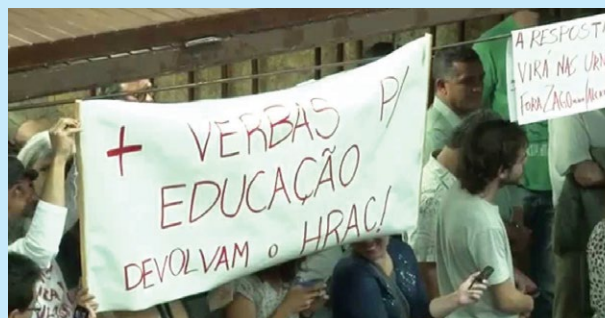
Criado há 50 anos e considerado um dos mais importantes centros de pesquisa e tratamento de anomalias craniofaciais do mundo, o HRAC entrou em rota acelerada de desmonte durante a gestão Zago. Os impactos do Programa de Demissão Voluntária (PIDV) agravaram a escassez de pessoal: de 10 anestesistas, por exemplo, conta agora com apenas cinco. Desde setembro de 2016, reduziu seu atendimento semanal de 16 novos pacientes com fissura labiopalatina para quatro. Em vez de pacientes de todo o país, restringiu seu mapa de atuação para 68 municípios da região.

Não está clara qual será a situação do HRAC após a criação do curso de Medicina. Na reunião do Co que aprovou o novo curso, o reitor Zago disse que

a ideia é “manter as características reconhecidamente de excelência do Centrinho e, ao mesmo tempo, expandir o escopo de atuação do Hospital e de formação de novos profissionais”.

Em *release* divulgado pela assessoria de imprensa da reitoria da USP, o secretário estadual da Saúde, David Uip, afirma que a “Secretaria de Saúde assume o HRAC, que atualmente está subutilizado, com apenas dois de seus dez andares ocupados, com o objetivo de transformá-lo rapidamente em seu novo hospital estadual, voltado ao ensino e à pesquisa”.

Nenhum deles explicita quais serão os investimentos que caberão à USP e ao governo do estado.



Aprovação das cotas na USP e na Unicamp é conquista dos movimentos organizados

Luta agora é por ampliação da permanência estudantil

As reuniões dos conselhos universitários da Unicamp e da USP, respectivamente nos dias 30/6 e 4/7, foram palco de debates e resoluções importantes para a democratização do acesso ao ensino superior público paulista. Ambas as instituições aprovaram a implantação de cotas étnico-raciais, somando-se à Unesp, onde o processo está mais avançado.

Nas duas universidades, a votação ocorreu após anos de mobilização dos movimentos negro e estudantil. Em 2016, as greves estudantis na Unicamp e na USP apresentaram as cotas como pauta central, fortalecendo a reivindicação.

Na Unicamp, os conselheiros aprovaram a implementação progressiva das cotas étnico-raciais a partir dos vestibulares de 2018, para ingresso em 2019. Os detalhes estão sendo discutidos por um Grupo de Trabalho (GT), formado por membros da Comissão Permanente para os Vestibulares (Comvest), professores integrantes do Conselho Universitário da Unicamp (Consu), representantes discentes e de servidores, assim como membros dos movimentos pró-cotas e do Núcleo de Consciência Negra da Unicamp. As propostas do GT foram apresentadas à Câmara Deliberativa do Vestibular em 31/8 e tramitarão pelas congregações das faculdades e institutos da Unicamp por 60 dias, para que sejam feitas sugestões de mudanças ou adaptações. A versão final da proposta será formatada pelo GT e encaminhada para apreciação do Consu em novembro.

Na USP, os conselheiros aprovaram a implementação de cotas para egressos do ensino público e para estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI). A proposta inicialmente aprovada previa apenas a reserva de 50% das vagas para estudantes da rede pública (cotas sociais), com aplicação escalona-



nada: 37% no vestibular para o ano de 2018, 40% para 2019, 45% para 2020 e 50% para 2021. Após aprovação da resolução, um dos conselheiros, o professor André Singer, apresentou um destaque de adendo, estabelecendo uma reserva de 37% para estudantes PPI dentro das cotas para o ensino público, que acabou aprovado por 75 votos a 8, com 9 abstenções. Uma outra proposta, apresentada pelo professor Gilberto Xavier, prevendo cotas raciais de 37% para todo o vestibular, independentemente das cotas sociais, foi derrotada por 43 votos a 34, com 15 abstenções.

Diferente do que está previsto na lei federal de cotas (*veja detalhes a seguir*), a forma aprovada na USP não leva em conta o critério socioeconômico. Na Unicamp, ainda não se sabe se isso constará no formato final a ser aprovado pelo Consu.

O debate sobre cotas em SP e o Pimesp

Em 2013, o governo paulista tentou emplacar uma proposta alternativa à lei federal: o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista, Pimesp, amplamente rechaçado pelos sindicatos e organizações estudantis das estaduais paulistas. A proposta previa a criação do Instituto Comunitário de Ensino Superior (ICES), em parceria com

a Universidade Virtual do Estado de SP (Univesp), para oferecer cursos semipresenciais de dois anos para os aspirantes às cotas. O requisito para ingressar na Unesp, Unicamp, USP ou FATECs, após o término destes cursos, seria o aproveitamento de, pelo menos, 70%.

A reação ao Pimesp, um dos pontos altos da greve organizada pelo Fórum das Seis em 2013, deu impulso à luta pela implementação das cotas nas estaduais paulistas. A palavra de ordem era: "Cotas, sim. Pimesp, não!"

O Fórum das Seis defendia que, embora insuficiente para reparar séculos de exclusão da maioria da população, a legislação federal que definiu o atual sistema de cotas para as universidades públicas do país (instituída pela Lei nº 12.711/2012 e regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012) deveria ser integralmente seguida pelas estaduais paulistas.

A regra federal garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos, sendo subdivididas da seguinte forma: metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita* e metade para estudantes de escolas

públicas sem exigência de renda mínima. Em ambos os casos, também é levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Unesp foi a primeira

A reação negativa ao Pimesp fez o governo engavetar a proposta. Pouco depois, ainda em 2013, ano de forte greve estudantil na Universidade, a Unesp seria a primeira das estaduais paulistas a iniciar o processo de reserva de cotas.

Aprovado pelo Conselho Universitário em 15/8/2013, o programa de inclusão da Unesp começou em 2014, iniciando-se com reserva de 15% das vagas para as escolas públicas. Em 2018, chegará aos 50%, sendo 35% deste percentual destinados aos negros, pardos e indígenas. Também no caso da Unesp, as cotas não incluem o critério socioeconômico.

Por estar mais avançada na implantação das cotas, a Unesp já sente mais profundamente a necessidade de ampliação de suas políticas de permanência estudantil. Sua estrutura atual, de acordo com documento divulgado pela reitoria em agosto/2017, conta apenas com 1.240 vagas de moradia universitária, espalhadas em 13 *campi*, e restaurantes universitários em 10 cidades.

Dados de dezembro/2016 mostram que a Universidade tem cerca de 40 mil alunos de graduação. Após concluída a implantação das cotas, em poucos anos a metade deste total será de cotistas. Destes, não se sabe exatamente quantos precisarão de auxílios de permanência estudantil, mas certamente será um número elevado.



Manifestação contra o Pimesp, em 2013

Consolidar as cotas e garantir a permanência

A aprovação das cotas étnico-raciais na Unicamp e na USP e a consolidação de sua aplicação na Unesp são enormes avanços para o ensino superior público no estado de São Paulo, seguramente um dos mais elitizados em termos de acesso.

Mas a implementação formal das cotas não é suficiente para concretizar esse direito para a juventude excluída destas universidades. É necessária uma política de permanência estudantil que atenda aos estudantes pobres que ingressarem pelas cotas. Ao contrário, a bordo do discurso da crise econômica e da restrição de recursos, o que vemos é

estagnação e até retrocesso nas bolsas de permanência, fechamento de creches e bandejões, não ampliação de vagas nas moradias e nos restaurantes universitários.

A Pauta Unificada do Fórum das Seis apresenta a reivindicação de dotação orçamentária específica para assegurar políticas efetivas de acesso e permanência estudantil, seguindo padrões isonômicos entre as três estaduais paulistas e o Ceeteps, visando:

- Moradia estudantil para atender a demanda em todos os campi.
- Construção de restaurantes universitários em todos os campi, com

estrutura e funcionamento adequados às demandas das unidades e funcionários contratados via concurso público.

- Concessão de bolsas de permanência estudantil com adoção de critérios socioeconômicos, adotando-se o valor do salário mínimo vigente no estado de São Paulo.

- Todas as bolsas concedidas devem estar estritamente vinculadas às atividades acadêmicas dos bolsistas, com a conversão das bolsas trabalho ou similares em bolsas de permanência estudantil.

A Pauta Unificada também reivindica a participação dos estu-

dantes na gestão das políticas de permanência estudantil, por meio de órgãos paritários e deliberativos.

Vale lembrar que, no texto do projeto que propunha a criação do Pimesp (veja matéria na página anterior) nas universidades estaduais paulistas, o governo se comprometia a instituir um Fundo Especial para o apoio à Inclusão Social, com investimento de cerca de 584 milhões em 8 anos. O Pimesp não vingou, mas as cotas étnico-raciais sim. O dinheiro previsto para o Pimesp, portanto, deveria ser remanejado para a ampliação das políticas de permanência estudantil na Unesp, Unicamp e USP.

Os frutos do golpe

Projeto no Senado prevê demissão de servidor por “mau desempenho”

De autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), o projeto de lei do Senado (PLS) 116/2017 entrou em tramitação no final de abril. Seu objetivo é explícito: a demissão de servidores públicos que tenham avaliação negativa, o que acaba na prática com a estabilidade destes profissionais. O projeto pretende regulamentar o dispositivo da Constituição (Artigo 41, § 1º, III) que trata da perda de cargo por servidores públicos em todos os âmbitos – federal, estadual e municipal – e que ainda não possui lei específica.

A medida se soma a uma sequência de ofensivas do governo Temer contra os serviços públicos e o funcionalismo, fortalecendo a ideia do Estado mínimo e da pertinência das privatizações. A primeira foi a aprovação da redução dos investimentos públicos por 20 anos (a PEC do Teto), depois vieram a reforma trabalhista e a expansão da terceirização. Na linha de ataque, ainda resta a reforma da Previdência, em tramitação na Câmara.

A soma destas iniciativas projeta um cenário de incertezas para o servidor. Nada impediria, legalmente, o enxugamento de setores

inteiros, sob pretexto do “mau desempenho”, e a contratação de trabalhadores terceirizados para a mesma função, sem concurso e com salários e direitos reduzidos.

O PLS já teve o voto favorável do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Lasier Martins (PSD-RS).

O voto do relator introduz algumas alterações no projeto, como a periodicidade das avaliações. No

PLS 116, a proposta é de realização a cada seis meses, sob responsabilidade do gestor imediato. Pelo parecer do relator, o prazo passa para 12 meses, sob encargo de uma comissão avaliadora. Após passar pela CCJ e outras comissões correlatas, a matéria irá à votação final no plenário do Senado.



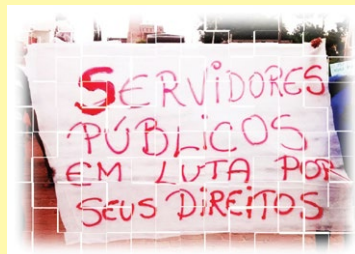
Hora de reagir

Centrais e entidades sindicais chamam atos para 27/10 e 10/11

Em 5/9, a coordenação do Fórum das Seis participou de uma reunião ampliada do Fórum do Funcionalismo Público, em São Paulo. A reunião teve a

participação de centrais sindicais e entidades de servidores.

Foi organizado um calendário de lutas em defesa do



funcionalismo público no estado de São Paulo, que culminará com um dia de paralisações e uma grande manifestação na capital em **27/10**, véspera do dia do Servidor Público, com concentração a partir das 16h, em frente ao escritório da Presidência da República, na Av. Paulista.

As entidades que compõem

o Fórum devem se integrar e acompanhar os preparativos e atividades nos municípios.

Com o envio do projeto de lei 920/2017 por Alckmin, como mostra matéria na capa, a reação do funcionalismo paulista é urgente.

As centrais sindicais e entidades do serviço público e privado também estão organizando um novo dia nacional de mobilização para **10/11**. Fique atento à divulgação por sua entidade e participe!